

Cinema: cooperação com Moçambique

C PRESIDENTE de Moçambique, Samora Machel, considera estarem abertas todas as possibilidades de cooperação com Portugal em vários sectores, nomeadamente nos da informação e do cinema, segundo revelou ao EXPRESSO o presidente do Instituto Português de Cinema. Miguel Sá da Bandeira deslocou-se oficialmente a Maputo, a convite do Governo moçambicano, que também convidara o secretário de Estado da Cultura, Brás Teixeira, e Vitor Sá Machado, administrador da Fundação Gulbenkian. Recordou-se que o IPC e a Gulbenkian repartiram o apoio à produção do filme de José Fonseca e Costa "Música Moçambique", agora estreado em Maputo com a presença de Samora Machel, do Governo e de outros importantes responsáveis políticos moçambicanos, além da delegação portuguesa e da equipa de filmagens.

António Brás Teixeira não pôde aceitar o convite, formulado com muito escassa antecedência sobre a data da apresentação daquele filme (produzido em colaboração com o Instituto Nacional de Cinema de Moçambique), mas sabe-se que Graça Machel, ministro da Educação e Cultura, se manifestou interessada na visita do titular da SEC, devendo ser-lhe dirigido um convite oficial em próxima oportunidade.

Miguel Sá da Bandeira considerou de grande alcance o teor do discurso do presidente Machel, que contera directivas políticas para além do significado formal de circunstância. Afirmou Samora Machel que "já podemos estabelecer relações de cooperação em vários domínios, particularmente no domínio da informação e do cinema". A colaboração oficial portuguesa e o trabalho da equipa de Fonseca e Costa foi considerado um exemplo dos moldes em que se deverá estabelecer a cooperação de qualquer país com a República Popular de Moçambique.

A projecção da referida produção luso-moçambicana, rodada em tempo recorde durante o festival de música daquele

país, assistiram também membros do Corpo Diplomático, da Assembleia Popular da FRELIMO, bem como o presidente da República Popular do Congo.

Helena Vaz da Silva pede a demissão

A chegada a Lisboa, o presidente do IPC foi surpreendido pela notícia do pedido de demissão de Helena Vaz da Silva, um dos administradores daquele Instituto (o terceiro é Manuel Baptista). Não comentando o facto, por não ter ainda conhecimento oficial dos seus fundamentos, Sá da Bandeira considerou normal o entendimento entre os responsáveis pelo IPC, bem como as relações entre este e a SEC, declarando-nos: "Houve uma apresentação de demissão de que desconheço as razões". O EXPRESSO sabe ter Helena Vaz da Silva, na quarta-feira, endereçado ao secretário de Estado da Cultura uma carta de demissão, ignorando-se à data do fecho desta edição se a mesma terá sido aceite. António Brás Teixeira, por nós contactado, declarou não ter nenhuma informação a dar sobre a matéria.

Helena Vaz da Silva ingressara na administração do IPC a convite do anterior secretário de Estado, Vasco Pulido Valente, sendo confirmadas as suas funções pelo actual titular. Insuficiente definição dos critérios e da política cinematográfica e divergências nos métodos de trabalho interno poderão estar na origem da sua decisão. Política essa que irá ser debatida na noite de segunda-feira, no Centro Nacional de Cultura (de cuja direcção faz parte Helena Vaz da Silva), tendo sido convidados a participar António Brás Teixeira, representantes do Sindicato da Actividade Cinematográfica, da Associação Portuguesa das Empresas Cinematográficas (Pedro Bandeira Freire), da produção independente (provaavelmente António Pedro de Vasconcelos, da V. O. Filmes), das cooperativas de cinema e de todos os sectores da actividade.

Uma lança em África e algumas confusões em Lisboa pondo em causa a política do Estado para o cinema e o funcionamento do IPC.

Francisco Belard

Plano de produção enfim aprovado

Entretanto, foi finalmente despachado pelo responsável da SEC o projecto de produção

de filmes, que aguardava há várias semanas a decisão daquele membro do Governo. Há cerca de um mês fora entregue à SEC o parecer fundamentado do IPC sobre o Plano de Produção. O atraso verificado

começava a motivar certo mal-estar na produção, que acaba de se desbloquear a despeito de nem todos os projectos terem sido contemplados. Fontes oficiais escusaram-se a revelar quais os filmes aprovados, por não ter sido ainda dado conhecimento aos cineastas interessados. O EXPRESSO apurou, no entanto, terem oito longas-metragens obtido a aprovação de António Brás Teixeira, num total de onze a que o Conselho Consultivo do IPC dera parecer favorável. Foi ainda aprovada a totalidade das curtas-metragens propostas (sete), tal como os três filmes de animação que o IPC incluíra no Plano (entre os quais duas primeiras obras).

Co-produção com a França

O presidente do Instituto Português de Cinema revelou, por outro lado, estar esse organismo

preparado para aceitar propostas de co-produção, estando já em vias de contratação um projecto de produção com a França, ao abrigo do acordo celebrado com aquele país em Outubro de 1980. Esta primeira co-produção abrange a realização de dois filmes: um de Pierre Kast, em Portugal, e um outro de António Pedro Vasconcelos, em França. O filme de Kast será produzido pela Gaumont (o que lhe confere garantias de distribuição), pelo francês Alain Coiffier, pelo italiano Baldi e pelo português António Vaz da Silva (indicado pelo lado francês). O financiamento português será inferior a 20 por cento, recuperáveis. Inversamente, V. O. Filmes e o cineasta português propõem-se assegurar a produção e a realização em França (participando este país em 70 por cento) de um filme que se intitulará *Ma Mãe*. António Pedro Vasconcelos baseará o argumento na obra homónima de Georges Bataille.

4-781 Exp.